

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2019

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora.

(d) Risco de mercado: É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco. **(e) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhas de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão de risco operacional.

(f) Gestão de capital: A gestão de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16 e Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivalentes ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capitais mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 16 com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

d) Tabela de desenvolvimento de sinistros

Ano de ocorrência	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
No final do ano de divulgação	10.435	13.093	20.085	34.768	54.371	54.031	42.135	37.390	50.742	-
Até 1 ano depois	10.240	13.330	20.797	35.395	56.641	56.109	43.722	39.398	-	-
Até 2 anos depois	10.271	13.406	20.902	35.519	56.720	56.413	43.953	-	-	-
Até 3 anos depois	10.283	13.424	20.915	35.448	56.784	56.531	-	-	-	-
Até 4 anos depois	10.307	13.432	20.880	35.508	56.834	-	-	-	-	-
Até 5 anos depois	10.309	13.434	20.917	35.513	-	-	-	-	-	-
Até 6 anos depois	10.314	13.439	20.917	-	-	-	-	-	-	-
Até 7 anos depois	10.315	13.441	-	-	-	-	-	-	-	-
Até 8 anos depois	10.318	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	10.318	13.441	20.917	35.513	56.834	56.531	43.953	39.398	50.742	327.647
Pagamentos providenciados	(10.315)	(13.437)	(20.914)	(35.501)	(56.822)	(56.530)	(43.897)	(39.316)	(46.349)	(327.617)
Passivo reconhecido no balanço	3	4	3	12	12	11	56	82	4.393	4.576

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Títulos	1 a 30 dias de sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Categoria	Valor de referência (I)	Ajuste de avaliação a mercado
Títulos para negociação (ii)	75.259	-	-	-	75.259	14%	75.259	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	73.174	-	-	-	73.174	-	73.174	-
Certificado de depósito bancário	2.085	-	-	-	2.085	-	2.085	-
Títulos disponíveis para venda	28.695	6.010	45.757	383.797	464.259	86%	445.243	19.016
Títulos de renda fixa privados	-	6.010	24.690	5.750	36.445	-	36.445	5
Títulos de renda fixa públicos	28.695	-	21.067	378.047	427.809	-	408.798	19.011
Total em 31 de dezembro de 2019	103.954	6.010	45.757	383.797	539.518	100%	520.502	19.016
Total em 31 de dezembro de 2018	86.247	6.816	12.859	270.366	438.388	100%	428.644	9.744

(i) Representa o valor do custo amortizado atualizado para os títulos e valores mobiliários; e (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

Movimentação em 31 de dezembro de 2019

Aplicações	Saldo em 31/12/2018	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2019
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	74.049	205.521	4,108	-	(211.504)	73.174
Certificado de depósito bancário (a)	-	2.052	33	-	-	2.085
Títulos de renda fixa privados (c)	32.802	28.887	1,620	(50)	(26.809)	36.450
Títulos de renda fixa públicos (b)	331.537	378.910	30,359	9,322	(322.319)	427.809
Total	438.388	616.370	36,120	9,272	(560,632)	539.518

Movimentação em 31 de dezembro de 2018

Aplicações	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2018
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	61.312	145.905	3,978	-	(138.146)	74.049
Títulos de renda fixa privados (c)	42.026	1.800	2,679	(94)	(13.809)	32.802
Títulos de renda fixa públicos (b)	260.602	255.293	26,721	170	(211.249)	331.537
Total	363.940	403.998	33,378	76	(363,004)	438.388

(a) As quotas de fundos de investimentos abertos e o certificado de depósito bancário foram avaliados com base no valor da quota divulgada pelos administradores do fundo na data do balanço. No quadro a seguir é demonstrada a taxa contratada ao ano por aplicação:

Aplicações	Taxa de juros contratada a.a.
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	98,25% a 108,5% CDI
Fundos de investimentos abertos	Fis-Índice
Nota de valor de mercado para os títulos de renda fixa públicos (LFTs, LTNs, NTN-8 e NTN-F)	10,12% a 16,36%
Fis calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). No quadro abaixo é demonstrada a taxa contratada ao ano por título:	
Títulos públicos	Taxa de juros contratada a.a.
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	100% SELIC
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	10,12% a 16,36%
Nota de valor de mercado para os títulos de renda fixa públicos (LFTs, LTNs, NTN-8 e NTN-F)	0,65% + IPCA + 7,19% + IPCA
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	4,56% a 16,57%
(c) Os títulos de renda fixa privados (LFs e debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos. No quadro abaixo é demonstrada a taxa contratada ao ano por título:	
Títulos privados	Taxa de juros contratada a.a.
Letra Financeira (LF)	103% a 105,2% CDI
Letra Financeira (LF) - CSF	0,34% a 1,1%
Debêntures	112% CDI

(i) Referem-se aos créditos tributários oriundos da constituição de provisões judiciais, a realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão, cujos prazos não são previsíveis tempestivamente.

8. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - COMPOSIÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

a) Premissas e prazo para diferimento: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos: comissões, agenciamentos e pró-labores. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros.

b) Composição por ramo

Extensão de garantia patrimonial	31/12/2019	31/12/2018
a) Capital-base	624.410	514.656
Curto prazo	359.535	290.781
Longo prazo	264.875	223.875

c) Movimentação dos custos de aquisição diferidos	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	514.656	412.401
Constituição	400.556	343.407
Apropriação	(290.802)	(241.152)
Saldo final	624.410	514.656

9. ATIVO IMOBILIZADO

Móveis e utensílios	31/12/2018	Baixas	31/12/2019	Taxas anuais de depreciação (%)
	2	(2)	-	10%
Total	2	(2)	-	-

10. ATIVO INTANGÍVEL

31/12/2018	Aquisições	Amortização do exercício	31/12/2019
256	256	(146)	192
76.120	-	(10.021)	66.099
Total	76.207	(10.167)	66.296

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar apresentam a seguinte composição:

31/12/2019	31/12/2018
Outras obrigações a pagar	2.433
Dividendos a pagar (*)	11.869
Total	14.580

(*) Dividendos mínimos obrigatórios conforme previsão no estatuto da Seguradora (Nota 15.4).

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGURO

31/12/2019	31/12/2018
Premios a restituir	172
Corretores	-
Agentes e correspondentes	7
Total	179

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

31 de dezembro de 2019				
De 1 a 30 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias
788	-	5	10	29
Total	788	-	5	29

31 de dezembro de 2018

De 1 a 30 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias
10	4	12	5	31
Total	10	4	12	5

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

Na linha de prêmios a receber são registrados os prêmios comercializados pelos parceiros, relacionados a créditos vigentes. Demonstramos abaixo a composição dos prêmios a receber considerando os respectivos vencimentos dos créditos. Não existem prêmios parcelados, adicional de fracionamento e prêmios vencidos acima de 60 dias na data-base de 31 de dezembro de 2019.

Premios a receber	De 1 a 30 dias
Vencidos	13
Total	13

Premios a receber	De 1 a 30 dias
Vencidos	6.299
Total	6.299

Movimentação dos prêmios a receber	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial em 1º de janeiro	6.299	4
(+) Prêmios emitidos	630.156	586.280
(+) IOF	47.347	40.160
(-) Prêmios cancelados	(48.595)	(42.111)
(-) Recbimentos	(695.194)	(578.034)
Saldo no final do exercício	13	6.299

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Créditos tributários e previdenciários:

31/12/2019	31/12/2018
Créditos tributários de diferenças temporárias	1.752
Créditos de diferença de marcação a mercado TVM	15
Tributos a recuperar	5.534
Total dos créditos fiscais	7.201
Créditos de diferença de marcação a mercado TVM	7.621
Total dos passivos fiscais	7.621

Total dos débitos/créditos tributários e previdenciários (320) 3.898

(i) Compreende o somatório do montante dos ativos fiscais; (ii) Compreende o somatório do montante dos passivos fiscais. Em 2019 a Seguradora revisitou seu estudo de estimativa de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e os saldos passaram a ser classificados entre circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2018 esses saldos estão sendo apresentados na mesma base para fins de comparação.

b) Movimentação de diferenças temporárias

Saldo em 31/12/2018	Movimentação	Saldo em 31/12/2019	Expectativa de Realização
665	151	514	3 anos (i)
706	(81)	787	5 anos (ii)
255	(63)	318	1 ano
132	(1)	133	3 anos (i)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.758	6	1.752

14. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS DANOS

a) Composição das provisões técnicas:

31/12/2019	31/12/2018
Provisão de prêmios não ganhos	953.773
Provisão de sinistros a liquidar	4.576
Provisão de despesas relacionadas	1.390
Total	959.739

b) Movimentação das provisões técnicas

31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	781.920
Constituição	615.230
Apropriação	(443.377)
Pagamentos	-
Saldo final	953.773

c) Garantia das provisões técnicas de seguros: Estão vinculados para cobertura das provisões técnicas os seguintes ativos:

31/12/2019	31/12/2018
Quotas de fundos de investimentos abertos	73.174
Títulos de renda fixa privados (LFTs e debêntures)	38.535
Títulos de renda fixa públicos (LFTs, LTNs e NTN-F)	427.810
Total dos ativos garantidores (a)	539.519
Total das provisões técnicas	951.311
(-) Ativos redutores da necessidade de cobertura de provisões técnicas	(624.410)
(+) Custos de aquisição diferidos redutores da PPNIG	(624.410)
Total das provisões técnicas a serem cobertas (b)	336.901
Suficiência de cobertura (a-b)	202.618

DIRETORIA

Alessandro Deodato - Diretor Presidente
Emmanuel Pelega - Diretor Técnico Financeiro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Luizaseg Seguros S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 312 de 18/06/2014, em vigor até 14 de julho de 2015, tendo sido substituída pela Resolução do CNSP nº 321 de 15/07/2015, esta por sua vez alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26/12/2016. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do Comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2019, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Luizaseg Seguros S.A., **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Luizaseg Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial e o resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luizaseg Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando